



I.P.S.A - INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

ANEXO VIII
TERMO DE CREDENCIAMENTO

O I.P.S.A - Instituto Phoenix Saúde e Assistência, com sede na Rua Jurandir Martins, nº 35 –sala 302 – Lot. Res. Coml. Bosque Franboyant, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 04.845.163/0001-26, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos **CREDENCIA** o Sr. Jailson Teodoro, portador(a) do RG n.º 33.906,188-1 e inscrito no CPF n.º 302.842.168-28 representante legal da empresa, residente e domiciliado na cidade de Taubaté, à Rua Santo Amaro, 295, Bonfim, Taubaté. CEP 12.040-540, interessada em participar no processo de Chamada Pública nº 002/2024, para representá-la perante o Município de Agudos na **CHAMADA PÚBLICA** n.º **002/2024**, podendo formular lances, negociar e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases da licitação.

Taubaté, 06 de julho de 2024.

FABRICIO GRASNELE
GALVAO

VELASCO:26010090806

Assinado de forma digital por
FABRICIO GRASNELE GALVAO
VELASCO:26010090806

Dados: 2024.07.06 14:52:11
-03'00'

Fabício Grasnele Galvão Velasco
Diretor Executivo Presidente
CPF 260.100.908-06

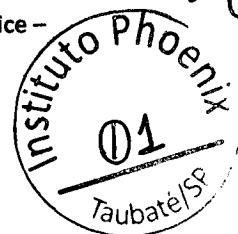
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office –
Lavandouro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

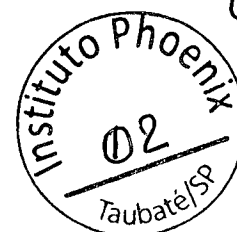
www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org
institutophoenixsaude@gmail.com



⚠️ Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

✕

Informações gerais do arquivo:**Nome do arquivo:** ANEXO VIII CREDENCIAMENTO - AGUDOS - TEODORO ass.pdf**Hash:** 7cbc993a2c77f8368ce1c4fa80ee40697cf26e960fedd1a4126391cd7263cdfa**Data da validação:** 06/07/2024 14:52:39 BRT**Informações da Assinatura:****Assinado por:** FABRICIO GRASNELE GALVAO VELASCO**CPF:** ***.100.908-****Nº de série de certificado emitente:** 0x593123122947c2f8**Data da assinatura:** 06/07/2024 14:52:11 BRT**Assinatura aprovada.**[Voltar para a página anterior](#)**ACESSO RÁPIDO**[Validar](#)[Sobre](#)[Dúvidas](#)[Informações](#)[Fale Conosco](#)[Verificar se este documento foi assinado eletronicamente](#)



I.P.S.A - INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

PROCURAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL
Nº 02/2024, EDITAL nº: 046/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 052/2024

O I.P.S.A - Instituto Phoenix Saúde e Assistência, CNPJ 04.845.163/0001-26, sito a Rua Jurandir Martins Filho, 35 – SI 302 – Bosque Framboyant – Taubaté –SP, CEP 12041-065, com domicílio fiscal na cidade de Taubaté, representada neste ato pelo Diretor Executivo Presidente o Sr. Fabrício Grasnele Galvão Velasco. CPF 260.100.908-06, Brasileiro, Solteiro, residente e domiciliado na Rua Santa Luzia de Marilac, 122 – Vila São José – CEP 12070-350, Estado de São Paulo na forma de seus estatutos, outorga a **JAILSON TEODORO, BRASILEIRO, DIVORCIADO, CONTADOR**, subscritor da cédula de identidade n.º 33.906.188-1 expedida pelo SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 302.842.168-28, domiciliado à Rua Santo Amaro, 295, Bonfim, Taubaté. CEP 12.040-540, Conferir amplos poderes para atuação em todas as fases da seleção, “ad negocia”, em Pregão Eletrônico, Carta Convite, Leilão, Pregão Presencial, Concorrência, Tomada de Preço, Concurso, Chamamentos Públicos, dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação, manifestando a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes à convocação pública em nome da Organização, conforme Edital do chamamento Público Nº 02/2024, EDITAL nº: 046/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 052/2024, do Município de Agudos.

FABRICIO
GRASNELE GALVAO
VELASCO:26010090
806

Assinado de forma digital
por FABRICIO GRASNELE
GALVAO
VELASCO:26010090806
Dados: 2024.07.06
14:43:08 -03'00'

Taubaté 06 de julho de 2024.

Fabrício Grasnele Galvão Velasco
CPF 260.100.908-06

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office –
Lavandouro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org

institutophoenixsaude@gmail.com



⚠️ **Atenção:** O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).



Informações gerais do arquivo:



Nome do arquivo: ProcuraÃ§ão Jailson.pdf

Hash: 5b611d830ba51d835f318e8c30129544e4f82f78fac6dc37bf39954a034830eb

Data da validação: 06/07/2024 14:43:39 BRT



Informações da Assinatura:

Assinado por: FABRICIO GRASNELE GALVAO VELASCO

CPF: ***.100.908-**

Nº de série de certificado emitente: 0x593123122947c2f8

Data da assinatura: 06/07/2024 14:43:08 BRT



Assinatura aprovada.

Assinatura aprovada.

ACESSO RÁPIDO

Validar

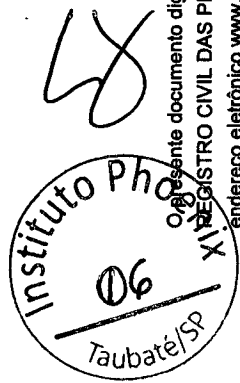
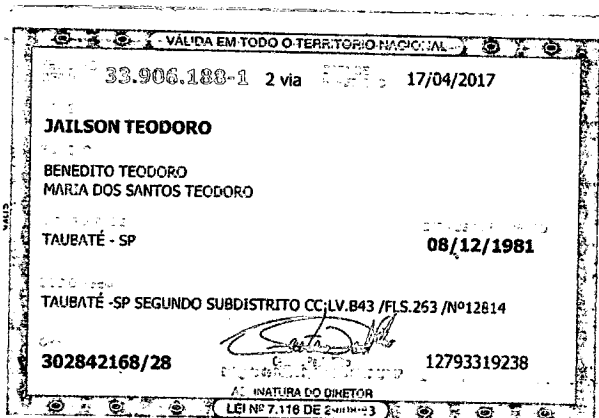
Sobre

Dúvidas

Informações

Fale Conosco





O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:23:44 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
04.845.163/0001-26

RCPJ RJ 13/06/2024-32
EERE39908WNZ

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00053912
Em: 19/02/2024

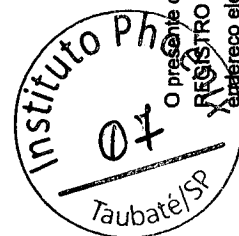
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA - 01 de fevereiro de 2024

Lista de Presença

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

| NOME | CPF | ASSINATURA |
|------------------------------|----------------|---------------------|
| Nele Ap D. Naximant Filho | 098621588-08 | [Assinatura] |
| Luiz Augusto de Almeida | 244 624 96852 | [Assinatura] |
| Thomaz Pereira de Almeida | 314.697.998-55 | [Assinatura] |
| Denise de Miranda Queiroz | 300 403 948-50 | [Assinatura] |
| Bruno Leonard Kroll Costa | 226269668-35 | [Assinatura] |
| Jaques Teodoro | 302842168-28 | [Assinatura] |
| Fabício Jamelli Galvão Filho | 260.100.908-06 | [Assinatura] |
| Olmarito | 349 557 318-64 | Karen R. dos Santos |
| Benedito Batista da Silva | 025.393.146-00 | [Assinatura] |
| Nelce Vardo dos Santos | 057878548-02 | [Assinatura] |
| Denise Cristina de Oliveira | 281 711 938-03 | [Assinatura] |
| Paulo Roberto Lopes | 019.229.038-22 | [Assinatura] |
| Jose Otavio Lobato | 0000541028-59 | [Assinatura] |
| Marcelo Lopes N. Camargo | 286.386.118-47 | [Assinatura] |

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 - 3º Andar - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065
(12) 3624-6401 (12) 99733-8104
www.institutophoenix.org
contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

INSTITUTO
PHOENIX

INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.4.2003

Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

01 de fevereiro de 2024

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro (01.02.2024), 19:00 horas, na Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 Bosque Flamboyant Sala 302 – 3º Andar – Global Office – Lavadouro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065 reuniram-se o Conselho de Administração, Diretoria Administrativa e Associados Efetivos em Assembleia Geral Extraordinária, convocada conforme publicação do edital no quadro de avisos do hall da Instituição no dia 18.01.2024, sob a presidência do Senhor Benedito Batista da Silva, CPF/MF nº 025.393.146-00, onde iniciou a reunião falando a importância da dedicação dos membros do Instituto em buscar melhorias administrativas e dos novos projetos de gestão. Foi apresentado pelo Diretor Executivo Senhor Fabrício Grasnele Galvão Velasco os projetos de gestão para aos chamamentos públicos em curso 2023 e 2024 e qualificações nas Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo a saber: Itu, Barueri, Cajamar, Jaguariúna, Bragança Paulista, Queluz, Lençóis Paulista, Louveira e Aparecida e dos municípios do Estado do Rio de Janeiro Petrópolis, Teresópolis, Rio de Janeiro, Seropédica e Queimados, na sequência todos acompanharam a apresentação dos projetos com termos de referência e planilhas do financeiro para gestão, operacionalização e execução dos projetos supra citado e dos relatórios de visita técnica os quais após apresentação, apreciação foram aprovados por unanimidade. Em tempo houve apresentação, apreciação e aprovação das alterações estatutárias na 17º Estatuto da Instituição no artigo 2º letra “a”: alteração de endereço da Filial na cidade do Rio de Janeiro/RJ, da Rua João Vicente, nº 1.645, Bairro de Marechal Hermes, Rio de Janeiro/RJ – CEP : 21.331-260 para a Rua México, nº 31, Sala 703 - 7º andar – Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP : 20.031-144 o qual foi aprovado por todos os membros presentes, seguindo para o Cartório de Registros de Pessoa Jurídica de Taubaté. Constatado quórum qualificado, os associados presentes, assinam a lista de presença, parte integrante desta ata. Então o presidente colocou em votação os temas, os quais foram apreciados e aprovados por unanimidade. Após a acolhida das sugestões e deliberações sobre os temas segue as assinaturas na lista de presença, onde todos os associados presentes aprovam os itens apresentados e aprovados por unanimidade. Finalizando os trabalhos às 22 horas, o Presidente do Conselho de Administração agradeceu a confiança que depositam em seu trabalho e encerra as atividades desta Assembleia Extraordinária. Nada mais havendo a tratar, eu Fabrício Grasnele Galvão Velasco, redigi a seguinte ata que vai por mim assinada, pelo Presidente do Conselho de

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office – Lavadouro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065 12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



Este presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

INSTITUTO
P H O E N I X

INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 – D.O.R.J. de 22.41.2003

Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00000012
RCPJ Nº 10000012
EERE 00000012

Administração e composta pela lista de presença assinada por todos os membros presentes, documento este que segue para registro em cartório, para que produza seus efeitos legais.

Taubaté, 01 de fevereiro de 2024.

Benedito Batista da Silva
BENEDITO BATISTA DA SILVA

Presidente do Conselho de Administração

Fabício Grassele Galvão Velasco
FABRÍCIO GRASNELE GALVÃO VELASCO

Diretor Executivo Presidente

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE TAUBATÉ - SP

Praça da Matriz, 35 - Centro - Taubaté - SP

Registado com semelhança dos seu valor eletrônico no dia 01/02/2024
Indicação de
BENEDITO BATISTA DA SILVA, FABRÍCIO GRASNELE GALVÃO VELASCO

que conferem com o padrão registrado nesta serventia. Por fé,
Taubaté, 28/02/2024 Em teste ☒ não concluído.

Total: R\$ 16,74 Luiz Carlos Torres Junior (Escritor)
colado em frente com o selo - Autenticidade - 0001200

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office – Lavadouro de areia –

Taubaté/SP – CEP: 12.041-065 12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com

Batista

[Assinatura]

LX



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063912
RCPJ/SP 100272624-32
EERE38008MIN7

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.659 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Unidade Pública Municipal Consolidada Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.505 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 20/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

XVII - REFORMA, ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

*17ª Atualização

A. CAPÍTULO I - DO INSTITUTO, SEDE, FILIAIS E OBJETIVOS

Art. 1º. - O I.P.S.A - INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA, qualificada como **ORGANIZAÇÃO SOCIAL - OS** é um INSTITUTO não governamental, sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente Estatuto Social e pela legislação em vigor.

Parágrafo único: O INSTITUTO poderá adotar os seguintes nomes- fantasias, na execução de projetos especiais: INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA.

Art. 2º - O Instituto, que também é denominada com o seu nome fantasia de "**PHOENIX**", terá sede, foro e administração à Rua Jurandir Martins Filho (Bosque Flamboyant), nº 35, sala 302, Edifício Global Office, Lavadouro de Areia, Taubaté-SP, CEP 12041-065, e-mail: contato@institutophoenix.org podendo criar, manter e encerrar filiais, escritórios, representações ou quaisquer outras dependências em outros Municípios e Estados, em qualquer parte do Território Nacional.

a) Filial 1 - Rio de Janeiro - Rua Mexico nº 31 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.031-144.

Art. 3º - O Instituto, pessoa jurídica de direito privado, sendo uma entidade sem fins lucrativos, aplicará os recursos recebidos integralmente na consecução do seu objeto social e no desenvolvimento de suas atividades, não distribuindo entre os seus empregados, usuários, conselheiros, diretores, associados ou doadores, os eventuais excedentes, parcelas do seu patrimônio ou lucros de qualquer natureza, em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado.

Parágrafo único: O prazo de duração do INSTITUTO é por tempo indeterminado.

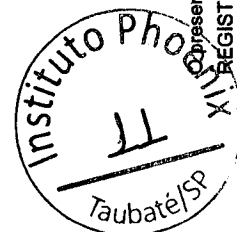
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063912
RCPJ-BJ 13/06/2024 13:24
EERE38E08WQZT

CIVIL
DISTRICT
SP. - 1001-00

12

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. nº 00063912
RCPJ-RJ 13/08/2024
EERE38808W12/02/2024

Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.059 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Unidade Pública Municipal Concórdia, Bo Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2011

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CIMDCA RJ – Registro Nº 29, 30/04

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 051/2015

CCEAS Nº 0244/2106

III- Realizar serviços de UTI móvel (ambulâncias) e aéreas com equipamentos análogos aos usados nas unidades de terapia intensiva e com a presença de médicos preparados para realizarem, em suas instalações, atendimento a urgências, inclusive para realizarem pequenas intervenções cirúrgicas;

IV- Desenvolver as atividades de unidades móveis terrestres (ambulâncias) ou aéreas destinadas a prestar atendimento de urgência com a assistência de médicos, bem como os serviços das unidades móveis do setor público para atendimento a urgências fora dos domicílios (SAMU) e as unidades móveis de atendimento a urgências ligadas às seguradoras e planos de saúde;

V- Proceder com os serviços de remoção de pacientes, de remoção de enfermos, sem envolver atendimento ao paciente;

VI- Promover a realização de atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, compreendendo consultas prestadas em consultórios, ambulatorios, postos de assistência médica, clínicas médicas e outros locais equipados para a realização de exames complementares, além dos postos de saúde;

VII- Prestar consultas em consultórios, ambulatorios, postos de assistência médica, clínicas médicas e outros locais equipados para a realização de exames complementares e proceder com os serviços de vacinação e imunização humana;

VIII- Proceder com as atividades de consultas e tratamento odontológico, de qualquer tipo, prestadas a pacientes em clínicas e consultórios odontológicos, em hospitais, em unidades de urgência e emergência e em clínicas de empresas;

IX- Assistência Psicológica: promover atendimentos em saúde mental observando as diretrizes do trabalho multiprofissional e interdisciplinar, dentro dos princípios da Psicologia, com foco nos projetos de Atenção Básica que é compreendida como as ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de males, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde; Média complexidade

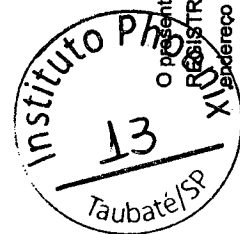
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ Nº 32
RCPJ Nº 163/2024
EERE 88908/IN 2039/2
18/02/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG 41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 03 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 19.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2011
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 29/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2005

ambulatorial, o conjunto de ações e serviços para atender aos principais problemas e males de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica requeira a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o diagnóstico e tratamento e a Alta Complexidade. A alta complexidade é definida como a gama de procedimentos que, no contexto do SUS - Sistema Único de Saúde envolve alta tecnologia e alto custo, visando proporcionar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde (da atenção básica, da média e da alta complexidade);

X- Prestar atividades de apoio ao fornecimento de infraestrutura e assistência domiciliar.

XI- Prestar serviços no desenvolvimento ou na gestão de equipamentos públicos e ou privados médico-hospitalares, de assistência social e psicológica, especialmente em prol da saúde das pessoas com deficiências e transtornos físicos e mentais;

XII- Prestar serviços no desenvolvimento, na gestão de equipamentos públicos e ou privados de centros de reabilitação de próteses, órteses e aparelhos ortopédicos;

XIII- Promover outras atividades que visem à realização de seus objetivos.

Parágrafo segundo - Educação:

I- O INSTITUTO terá por objetivo o desenvolvimento de ações e projetos nas áreas de educação e de pesquisa científica, inclusive pesquisas de ponta em múltiplas áreas do conhecimento, envolvendo projetos de âmbito educacional, de saúde, da assistência social e de desenvolvimento econômico, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde e da tecnologia no Brasil, por meio de suas unidades próprias e das unidades a ele associadas.

SEDE Administrativa

Rua: Juracy Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063812
RCPJ RJ 1406/2024-32
EERE38908WNL2

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1958

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 PMS-41 - D.O.U. de 05.11.2002

Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.635 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 034/2005

CCEAS Nº 0244/2005

II- Treinamento, capacitação e aperfeiçoamento no desenvolvimento profissional e gerencial nas áreas de educação, saúde, assistência social e equipe multidisciplinar;

III- Atividades de apoio à gestão na educação;

IV- Educação profissional de nível técnico;

V- Educação superior graduação, pós-graduação e extensão;

VI- Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;

VII- Promover e patrocinar cursos, palestras, simpósios e conferências, visando o aperfeiçoamento, a capacitação, a especialização e a qualificação profissional em todas as áreas da saúde, educação e assistência social e da reabilitação das pessoas com deficiências, respeitando objetivos estatutários;

VIII- Promover, apoiar e desenvolver pesquisas científicas, estudos, cultura, ensino e formação de profissionais, inclusive por meio de escolas de educação infantil, fundamental I e II, médio, médio profissionalizante, graduação, pós-graduação, treinamento hospitalar, publicações, edição própria ou por meio de terceiros, de livros e revistas de natureza técnica, científica, cultural e artística, vídeos e quaisquer outros meios de divulgação e comunicação, dentro das necessidades inerentes às atividades do Instituto;

IX- Edição de livros, revistas, artigos científicos;

X- Produção e promoção de eventos esportivos e culturais;

Parágrafo terceiro – Serviço Social:

I- Promover programas, projetos de Proteção Social Básica como o Programa de Atendimento Integral à Família, Agentes Jovens, Apoio à Pessoa Idosa, Apoio à Pessoa com Deficiência, Benefício de Prestação Continuada, Programas de Geração de Trabalho e Renda, Benefícios Eventuais (auxílio natalidade e mortalidade), Bolsa Família;

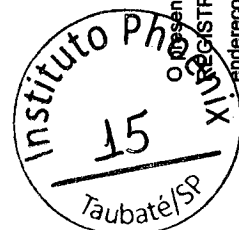
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3524-6401 12 – 59733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
RCPJ Nº 00062012-32
EERE 090703074

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.600 de 22 de abril de 2003 - D.O. R. I. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de junho de 2011 - D.O. R. I. de 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.595 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMCA RJ - Registro Nº 25/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 004/2005
CCEAS Nº 0244/2003

- II- Prestar serviços no desenvolvimento e ou da gestão de equipamentos públicos da área de assistência social.**
- III- Promover, gerir e ou apoiar atividades culturais e esportivas voltadas exclusivamente ao objeto social;**
- IV- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;**
- V- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;**
- VI- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;**
- VII- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;**
- VIII- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.**
- IX- Estimular a integração de pessoas com deficiência física reabilitadas às atividades educacionais e profissionais, visando à sua colocação no mercado de trabalho;**
- X- Estabelecer intercâmbio com as instituições públicas, privadas e congêneres, no sentido de buscar as parcerias, convênios, contratos e aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados à sociedade em geral;**
- XI- Promover, realizar ou contribuir por meios próprios ou em parceria com terceiros, com campanhas que tenham por objetivo ações de promoção, prevenção, precaução e proteção da saúde e assistência social;**
- XII- A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;**

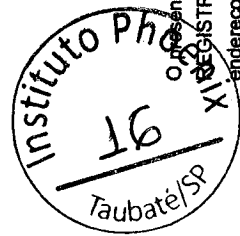
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065
12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com

SERVIÇO
02.6
2º S.
TAUBATÉ



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

RCPJ-ROD:18060098942
EFRE38908WMD2/2024


Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 PAG 41 – D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.059 de 22 de abril de 2003 – D.O.R. 4 de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consideração Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 – D.O.R. 19 de 01.2011
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RJ/PJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Resolução Nº 29 de 2003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 004/2005
CCEAS Nº 0044/2006

- E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com

RCPJ-RJ 13/06/2024 32
EERE98908VWZ
Em: 10/02/2024

Em: 10/02/2021

2000
SER
20
TAUBATE



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAS-41 - D.O.U. de 05.11.2002

Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.059 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.4.2003

Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Unidade Pública Municipal Consolidada Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. de 11.1.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.555 de 18 de dezembro de 2003

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 22/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R. CCJ/2005

CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ TAUBATÉ-SP
RCPJ-RJ Nº 13.063/2013
EERE 3899-11/2024

consecução dos objetivos do Instituto, desde que sejam aprovados pela Diretoria Executiva;

Parágrafo terceiro: Associados Honorários são pessoas que, tendo prestado relevante contribuição para a consecução dos objetivos sociais do Instituto, tenham seu mérito reconhecido, merecendo esse título honorífico, que não poderão votar e serem votados nos cargos do Conselho de Administração;

Parágrafo quarto: Associados Técnicos assim considerados aqueles que, celebrem especificamente Termo de Cooperação e Parceria Técnica com o Instituto, tendo o Termo de Membro Associado Técnico lavrado pelo Presidente do Conselho de Administração, com o fim de transferir sua capacidade técnica operacional, profissional ou seu *know-how* nos termos da Lei 9.279/1996, cujo objeto e objetivo sejam o desenvolvimento e implementação de atividades e finalidade conforme o estatuto social;

Parágrafo quinto: As pessoas jurídicas participantes do quadro de associados far-se-ão representar nas Assembleias por um delegado credenciado.

Art. 12º - O número de Associados Efetivos, Associados Institucionais, Associados Honorários e os Associados Técnicos são ilimitados.

Art. 13º - São direitos dos Associados Efetivos:

- I- Participar de todas as atividades do Instituto;
- II- Participar com direito a voz e voto das Assembleias Gerais e candidatar-se a cargos da Diretoria Executiva;
- III- Solicitar por escrito à Diretoria Executiva, informações sobre assuntos do Instituto;
- IV- Utilizar-se dos serviços e das Instalações que o Instituto tornar disponíveis.

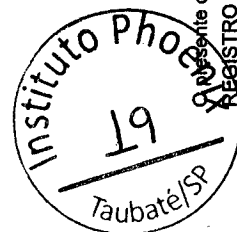
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6431 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org InstitutoPhoenixsaude@gmail.com

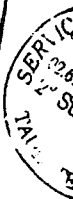


I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 PAR 41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.059 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 02 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de junho de 2011 - D.O.R.J. 19.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.538 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 25/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 054/2005
CCEAS Nº 0244/2005

RCPJ Nº 149.424-42
EERE 38908/163912
Em: 19/02/2024



Art. 14º - São direitos dos Associados Honorários:

- I- Participar de todas as atividades do Instituto;
- II- Comparecer às Assembleias Gerais, porém sem direito a voto;
- III- Propor ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva qualquer medida tendente ao cumprimento das finalidades do Instituto;
- IV- Utilizar-se dos serviços e das instalações que o Instituto tornar disponíveis.

Art. 15º - São deveres dos Associados:

- I- Propugnar pela consecução dos objetivos do Instituto;
- II- Acatar as decisões das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- III- Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social do Instituto;
- IV- Zelar pelo patrimônio do Instituto;
- V- Colaborar nas atividades do Instituto, quando solicitados;
- VI- Manter atualizadas suas informações cadastrais.

Art. 16º - Os associados não responderão nem pessoal, nem subsidiariamente, pelas obrigações sociais assumidas em nome do Instituto.

Art. 17º - Os associados poderão desligar-se quando julgarem necessário, protocolando seu pedido de demissão, desde que estejam em dia com suas obrigações perante o Instituto.

Parágrafo Único. Caso o associado demissionário seja membro da Diretoria Administrativa ou do Conselho de Administração, será afastado de suas funções imediatamente após o pedido de exclusão, e seu pedido de desligamento da função e como membro só serão aceitos após parecer de auditor independente de que se encontra em dia com a prestação de contas referentes aos itens sob sua competência.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065
12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

RCPLTAUGATE-SP
RCPL-BR. N 18/06/2024 22
5ERE38908WVZ
ENT. 18/06/2024

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 – D.O.R.J. de 22.41.21/03
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consórcio, 3o Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 – D.O.P.J. 12.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.506 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMCA RJ – Registro Nº 01/2003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 06/2005
CCEAS Nº 0244/2006

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com

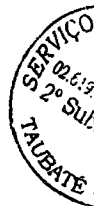
O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÂ DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 2003

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 FAS 41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.633 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 03 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 19.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPI Nº 153.500 de 28 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Resolução Nº 25/2003
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS - Resolução Nº 004/2005
CCEAS Nº 0044/2003

RCPI RJ Nº 1308/2004-32
EERES 19908W00033912
EPI: 19/02/2024



- VIII- Promover descrédito do Instituto por qualquer forma que seja;
IX- Em caso de mais de 03 faltas consecutivas nas assembleias e convocações.

Parágrafo primeiro: As penas de advertência e de suspensão por justa causa serão aplicadas, por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Executivo Presidente, sendo que, a pena de suspensão variará de 30 a 90 dias;

Parágrafo segundo: A pena de exclusão será aplicada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Executivo Presidente, assegurado o direito de defesa e de recurso ao Conselho de Administração, no prazo de 30 dias a partir da aplicação da penalidade, quando então deverão ser apresentadas provas, testemunhas e outros recursos que possam assegurar a defesa do associado;

Parágrafo terceiro: No caso de suspensão, o associado terá o prazo de 30 dias, a contar da data da comunicação que lhe for feita, para apresentação de recurso.

C. CAPÍTULO III - DO SERVIÇO VOLUNTARIADO

Art. 21º - O Instituto poderá celebrar termo de adesão, de colaboração, de fomento ou qualquer outro instrumento com este objetivo, com prestadores de serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Parágrafo único: O Instituto poderá realizar o serviço voluntário ou filantrópico, direta ou indiretamente, para outras entidades, associações, entidades, fundações ou qualquer outra pessoa jurídica que prestem serviços gratuitos para a comunidade.

Art. 22º - O serviço voluntário constituirá atividade não remunerada, prestada por pessoa física para o Instituto, direta ou indiretamente.

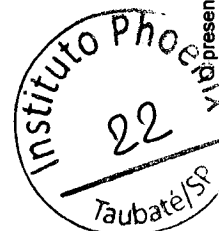
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065
12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com

Batista *[assinatura]* *48*



INSTITUTO
PHOENIX

RCPJ TAUBATE-SP
Prot. N° 00068912
RCPJ-RJ, 18/09/2022
FDFE2807WIAV

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



INSTITUTO
P H O E N I X

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063912
RCPJ nº: 1490/2024-32
SERE39008WME

Art. 27º - A convocação das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias será da competência do Diretor Executivo Presidente ou, em sua falta ou ausência devidamente comprovada no ato da Assembleia, por dois Diretores Executivos em conjunto.

Parágrafo primeiro: A convocação será feita com 10 (dez) dias de antecedência, por meio de edital afixado na sede do Instituto ou por carta ou endereço eletrônico, fax, enviada a cada um dos associados, para o endereço que o associado tenha informado à administração;

Parágrafo segundo: Se o associado que mudar de endereço e não comunicar essa mudança à administração, considerar-se-á o mesmo convocado com a mera remessa ao endereço que estiver depositado no Instituto, ainda que a correspondência não chegue às suas mãos;

Parágrafo terceiro: Do edital deverá constar o dia, horário, local e a ordem do dia da Assembleia;

Parágrafo quarto: Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, a que comparecerem todos os associados.

Art. 28º - A convocação da Assembleia Geral também poderá ser realizada na forma deste estatuto por 1/5 dos associados, que deverá ser realizada, encaminhando solicitação ao Diretor Executivo Presidente onde conste a qualificação e assinatura dos associados.

Art. 29º - A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, por maioria qualificada, mínimo 1/3 (um terço) dos associados efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos depois, por maioria simples, qualquer número de associados presentes.

Art. 30º - Ressalvadas as hipóteses previstas neste Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser adotadas se aprovadas pela maioria dos votos dos

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2003 PAB 41 - D.O.U. de 05.11.2011

Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.059 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Unidade Pública Municipal Consolidado Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.508 de 18 de dezembro de 2004

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 20/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 004/2005

CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ TAUBATÉ-SP

Prot. Nº 000838/2
RCPJ RJ - 13/09/2023-32
EERE38908WVZ

associados presentes ou representados por procuração pública, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência, do Diretor Executivo Presidente, o voto de desempate, se necessário.

Art. 31º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada ano, em um dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício fiscal, e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria Executiva ou por um quinto de seus associados efetivos.

Art. 32º - Os associados poderão fazer-se representar, nas Assembleias, por procurador regularmente constituído há menos de 01 (um) ano e que também seja associado.

Parágrafo único: Cada associado poderá representar apenas um outro associado.

Art. 33º - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente e Secretário, escolhidos pelos presentes.

Art. 34º - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral, será lavrada ata e os membros da mesa e associados presentes assinarão lista de presença.

Parágrafo Único: Para validade da ata será suficiente a assinatura do Presidente da Assembleia Geral.

F. CAPÍTULO VI - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 35º - O Conselho de Administração será um órgão de deliberação superior consultivo, de orientação e controle.

Parágrafo primeiro: O Conselho de Administração da entidade deverá ser composto por membros da comunidade e de notória capacidade profissional e idoneidade moral.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPI TAUBATÉ-SP
EERE Nº 1301/2022-32
Em 18/02/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 FAG-41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.053 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.T. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Constituição Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.P.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPI Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Resolução Nº 25/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 054/2005
CCEAS Nº 0244/2015

Parágrafo segundo: O Instituto poderá constituir Conselhos de Administração Locais de contratos de gestão entabulado com as municipalidades, atendendo assim a intenção da norma e a efetiva participação da sociedade local.

Art. 36º - O Conselho de Administração é o órgão de deliberação superior do Instituto, composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, com notória capacidade profissional e idoneidade moral para fins de qualificação como organização social na União, Estados e Municípios, conforme previsto na Lei nº 9.637/1998 nos seguintes termos:

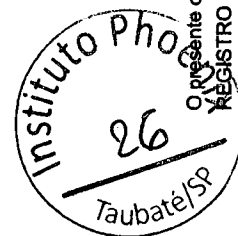
- 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidas pelo estatuto da entidade;
- 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidas pelo estatuto;
- Até 10% (dez por cento), no caso de associação civil de membros eleitos dentre os membros ou associados;
- 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- Até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto.

Parágrafo primeiro: Em caso de pedido de qualificação em municípios que constem em sua Legislação Municipal forma diversa de composição de Conselho de Administração, fica abaixo prevista hipótese de estrutura de conselhos para atendimento dessas legislações municipais que serão constituídos quando das efetivas contratações pela Municipalidade, em uma das hipóteses abaixo:

I Primeira hipótese de composição:

- Até 55% (cinquenta e cinco por cento) de membros eleitos dentre os membros ou associados;

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065
12 - 3624-6401 12 - 99733-8104
www.institutophoenix.org
E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP

RCPJ RPT-18060003322
ERE38508V02/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Unidade Polítrina Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 FAG 41 - D.O.U. de 05.11.2002

Unidade Polítrina Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R. I. de 22.41.2003

Unidade Polítrina Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Unidade Polítrina Municipal Portaria Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R. J. 19.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2004

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Resolução Nº 09/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R.001/2005

CCEAS Nº 0244/2005

- b) 35% (trinta e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre as pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) 10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade;

II Segunda hipótese de composição:

- a) 0 a 20% (de zero a vinte por cento) de representantes do Poder Público;
- b) 0 a 20% (de zero a vinte por cento) de membros indicados pelas entidades representativas da sociedade civil;
- c) 40% a 60% (quarenta a sessenta por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida no Estatuto;
- d) 10% a 20% (dez a vinte por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- e) 10% a 20% (dez a vinte por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade.

III Terceira hipótese de composição:

- a) até 20% (vinte por cento) de membros natos representantes do Poder Público, Municipal, definidos pelo estatuto da entidade;
- b) 40 a 50% (quarenta a cinquenta por cento) de membros da sociedade civil, de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, na forma prevista no estatuto da entidade;
- c) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- d) Até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos, pelos empregados da entidade e ou servidores colocados à disposição dentre estes, na proporção de 50% (cinquenta por cento), na forma prevista no estatuto.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Nº 00063812
RCPJ Nº 13.008.2024/02
EERE383081/02/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1950

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.069 de 22 de abril de 2003 - D.O.R. de 22.41.2003

Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R. 1.19.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.515 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 29/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 054/2005

CCEAS Nº 0244/2015

Parágrafo segundo: O Presidente do Conselho de Administração participará das reuniões do Conselho com direito a voz, mas não a voto;

Parágrafo terceiro: Os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho de Administração terão mandato de 04 (quatro) anos, admitida uma recondução e não poderão ser cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Secretário Municipal da pasta correspondente;

Parágrafo quarto: O primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no Estatuto Social;

Parágrafo quinto: Cada membro titular do Conselho de Administração, quando se quiser se retirar do mesmo ou em caso de impedimento deverá comunicar com 30 (trinta) dias de antecedência, por escrito, ao Presidente do Conselho, que submeterá a saída ao auditor independente e convocará novas eleições.

Parágrafo sexto: Os representantes de entidades previstos nas alíneas "a" e "b" do Inciso I devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho de Administração

Art. 37º - O membro do Conselho de Administração indicado para integrar a Diretoria Executiva do Instituto deve renunciar ao assumir função executiva.

Art. 38º - No caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu Presidente solicitar a indicação ou eleição de novo membro, que completará o mandato do afastado.

Art. 39º - Perderá o mandato o membro do Conselho de Administração aquele que faltar, sem justificativa aceita, a duas reuniões ordinárias no intervalo de doze meses.

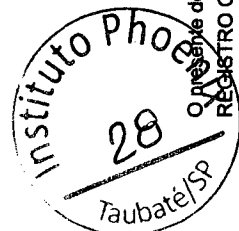
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 59733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provisório nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063912
RCPJ RJEN 3/08/2024
SEI 38908/WN7

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 2000

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.053 de 31 de outubro de 2002 PMS 41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.659 de 22 de abril de 2003 - D.O.R. 1, de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.573 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - RJEN Nº 27, 2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 054/2005
CCEAS Nº 0244/2005

Art. 40º - O Conselho de Administração elegerá um Presidente do Conselho dentre seus membros, exigido quórum mínimo de dois terços e maioria absoluta de votos dos membros, para um mandato de quatro anos, admitida uma recondução.

Parágrafo primeiro: O exercício da Presidência do Conselho de Administração se encerrará com o mandato do membro do Conselho;

Parágrafo segundo: O Conselho de Administração poderá destituir seu Presidente, exigindo-se para isto os votos da maioria absoluta de seus membros;

Parágrafo terceiro: Em caso de vacância da Presidência, o Conselho elegerá, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da vacância, outro membro para a função;

Parágrafo quarto: Os Conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição prestarem ao Instituto, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem.

Parágrafo quinto: O Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo 3 (três) vezes a cada ano e extraordinariamente a qualquer tempo.

Art. 41º - O Conselho de Administração reunir-se-á:

- I- Ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano;
- II- Extraordinariamente, sempre que convocado por seu Diretor Executivo Presidente ou por solicitação de 1/3 (um terço) de membros da Diretoria Executiva, ou por solicitação de 1/5 (um quinto) dos associados do Instituto.

Art. 42º - As decisões do Conselho de Administração serão adotadas maioria absoluta dos votos de seus membros, cabendo a cada membro um voto, não tendo o Presidente direito a voto.

Art. 43º - Compete privativamente ao Conselho de Administração:

- I- Fixar o âmbito de atuação do Instituto, para consecução do seu objetivo;
- II- Deliberar sobre as linhas gerais das políticas, diretrizes e estratégias do Instituto, orientando a diretoria administrativa no cumprimento de suas atribuições;
- III- Eleger o Presidente do Conselho de Administração;

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-055

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
RCPJ Nº 00063512
EERE36578 AN 22/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG 41 - D.O.U. de 05.11.2002

Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.005 de 22 de abril de 2003 - D.O.R. I. de 22.41.2003

Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Unidade Pública Municipal Constituição Lei Nº 5.242 de 11 de junho de 2011 - D.O.R. I. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.550 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMCA RJ - Registro Nº 29/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2005

IV- Proceder a substituição de membros natos para cumprimento de contrato de gestão, substituindo-os por membros indicados pelo poder público, na proporção fixada pelo Estatuto Social;

V- Aprovar a proposta de projetos e contrato de gestão do Instituto a ser entabulada com o Poder Público;

VI- Examinar e aprovar e, quando for o caso, remeter ao órgão supervisor da execução do Contrato de Gestão os seguintes documentos:

- A proposta de orçamento, o programa de investimentos e o plano de ação para execução das atividades do Instituto;
- Relatórios de atividades, com os respectivos balancetes;
- A prestação de contas e o relatório anual de gestão do Instituto;
- Na avaliação de contratos, convênios ou outros instrumentos de ajuste e as análises gerenciais cabíveis.

VII- Aprovar a proposta de orçamento do Instituto e o programa de investimentos;

VIII- Eleger e dispensar membros da Diretoria Executiva.

IX- Fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, de forma que o seu valor mensal conjunto não ultrapasse 4% (quatro por cento) dos repasses mensais realizados pelo Poder Público, além dos limites individuais de tetos salariais estabelecidos nos contratos de gestão ou nas legislações pertinentes;

X- Acolher e divulgar a alteração dos estatutos e a extinção da entidade, por maioria, no mínimo, de 2/3 de seus membros;

XI- Aprovar, por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o Regimento Interno do Instituto, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;

XII- Aprovar por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de seus membros, o Regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade, que não poderá ultrapassar o limite de 90% (noventa por cento) da maior remuneração paga aos membros da diretoria;

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2012 FA6.41 – D.O.U. de 05.11.2012
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.039 de 22 de abril de 2003 – D.O.R. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 – D.O.R. 15.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 153.503 de 19 de dezembro de 2011
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Reg. nº 29.1003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2016

RCPJ TAUBATÉ-SP
RCPJ Nº 00063912
EERE38908WV
19/08/2024

XIII- Aprovar e encaminhar, ao órgão superior da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria Executiva;

XIV- Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais, com auxílio de auditoria externa;

XV- Remeter ao Ministério Público processo em que se apure a responsabilidade de membro da Diretoria por crime contra o patrimônio público sob a administração do Instituto.

XVI- Pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva do Instituto.

XVII- Pronunciar-se sobre denúncia que lhe for encaminhada pela sociedade civil em relação a gestão e aos serviços sob a responsabilidade do Instituto, adotando todas as providências cabíveis.

Art. 44º - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- I- Convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- II- Indicar, para aprovação pelo Conselho, seu substituto eventual.

Parágrafo único: Poderá o Presidente decidir, *ad referendum* do Conselho, matéria que, dado o caráter de urgência ou ameaça de danos ao Instituto, não possa aguardar a próxima reunião.

Art. 45º - Compete aos membros do Conselho:

- I- Discutir e votar matérias em pauta;
- II- Assistir o Presidente do Conselho em suas funções.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QURIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
RCPJ Nº 00632/2024
EER 00632/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 2010

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 FAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.033 de 22 de abril de 2003 - D.O.R. J. de 22.41.2003

Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Unidade Pública Municipal Constituição Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R. J. 19.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 26/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - RCPJ/2005

CCEAS Nº 0044/2005

G. CAPÍTULO VII - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art.46º - Diretoria Executiva é o órgão colegiado que fará administração, gerência, coordenação e supervisão do Instituto, com mandato de 4 (quatro) anos do Diretor Executivo Presidente, podendo uma recondução, eleito pelo Conselho de Administração, sendo que os demais membros da Diretoria Executiva serão nomeados pelo Diretor Executivo Presidente.

- I- Diretor Executivo Presidente (eleito pela assembleia);
- II- Diretor Executivo Financeiro (nomeado pelo Diretor Executivo Presidente);
- III- Diretor Executivo Administrativo (nomeado pelo Diretor Executivo Presidente);
- IV- Diretor Executivo Jurídico (nomeado pelo Diretor Executivo Presidente);
- V- Diretor Executivo de Projetos (nomeado pelo Diretor Executivo Presidente);

Parágrafo primeiro: O Diretor Executivo Presidente nomeará os demais Diretores Executivos através da expedição de Termo de Nomeação e Posse que conste a qualificação completa, tipo de vínculo contratual, formação acadêmica e o cargo a ser ocupado com a descrição de suas atribuições.

Parágrafo segundo: O Diretor Executivo Presidente e Financeiro assinaram sempre em conjunto, documentos referentes às finanças, contabilidade, além de: abertura de contas, cheques, endossos, ordens de pagamentos, títulos de crédito e quaisquer documentos que envolvam responsabilidade financeira.

Parágrafo terceiro: Os Diretores Executivos, além das atribuições que lhe são conferidas neste Estatuto, poderão, a critério do Diretor Executivo Presidente, obedecidas as disposições aplicáveis, cumulativamente, preencher a vaga de outro Diretor, por impedimento, licença ou abandono de seu titular, até a convocação de novo titular.

Parágrafo quarto: A gestão do Instituto poderá ser realizada pelo exercício da função executiva por gerentes, gestores, secretários executivos, assessores e outros que se fizerem necessários, bastando para tanto a contratação, definição de tarefas e atribuições pelo Diretor Executivo Presidente através da expedição de Termo de Nomeação e Posse conforme o parágrafo primeiro deste artigo.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP 12.041-055

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP

Prot. Nº 00053912

RCPJ-RJ, 12/05/2024
EERE36908WN2

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 PAG 41 - D.O.U. de 05.11.2002

Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.000 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 29/2006

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 261/2005

CCEAS Nº 0244/2006

Art. 47º - A Diretoria Executiva será remunerada dentro dos limites legais das despesas e custos indiretos conforme prevê o Marco Regulatório do Terceiro Setor nos seguintes termos:

- I- A remuneração será por Plano de Trabalho que compreende nas fases ou projetos para execução de Contratos de Gestão ou de Parcerias podendo participar, proporcionalmente, de qualquer contrato de gestão entabulado com o Instituto;
- II- A contratação será feita por um Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Executiva com a Pessoa Jurídica dos dirigentes ou Pessoa jurídica que o dirigente seja sócio ou associado, desde que seja especializada e coerente com a execução do plano de trabalho/projeto e atue de maneira efetiva com a operacionalização e comprove por relatórios a execução dos serviços;
- III- Os valores deverão ser de acordo com o estatuto e legislação pertinente regulamentadora do assunto.

SUBSEÇÃO I - DO PROCESSO ELEITORAL DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 48º - O único cargo eletivo é do Diretor Executivo Presidente que será eleito ou aclamado em Assembleia Ordinária ou Extraordinária.

Parágrafo primeiro: O Diretor Executivo Presidente eleito nomeará os demais cargos da Diretoria Executiva, através da expedição de Termo de Nomeação e Posse conforme disposto no art. 46º, Parágrafo primeiro.

Parágrafo segundo: A Diretoria Executiva nomeada pelo Diretor Executivo Presidente poderá ser contestada pela Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 49º - É vedado assumir a Diretoria Executiva a pessoa que tiver qualquer tipo de condenação com trânsito em julgado em processos de improbidade administrativa e corrupção, além de outras situações que contrariem a moral e os bons costumes que venham a prejudicar o Instituto.

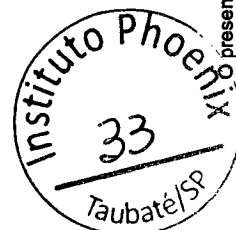
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063912
RCPJ-RJ, 13/08/2024-32
EERE38908WNZ

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1953
Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.059 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 – D.O.R.J. 19.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 26, 2003
Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS – R 024/2005
CCEAS Nº 0244/2005

SUBSEÇÃO II – DO DIRETOR EXECUTIVO PRESIDENTE

Art. 50º - O Diretor Executivo Presidente, além de outras que lhe forem conferidas, tem as seguintes competências:

- I- Representar, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente o Instituto;
- II- Assinar contratos, obrigações, ajustes, documentos de valor em que Instituto for uma das partes;
- III- Abrir e movimentar contas bancárias, em conjunto com o Diretor Executivo Financeiro;
- IV- Assinar Diretor Executivo Financeiro títulos de crédito, cheques e demais responsabilidades financeiras;
- V- Rubricar os livros referentes à administração financeira e confeccionar relatório período mensal;
- VI- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva podendo delegar para o Diretor Executivo Jurídico;
- VII- Admitir e demitir empregados regidos pelo Regime Jurídico Trabalhista podendo delegar para o Diretor Executivo Jurídico;
- VIII- Contratar pessoas jurídicas, conforme capacidade financeira do Instituto, por meio do Diretor Executivo Administrativo;
- IX- No âmbito de suas atribuições fazer cumprir a finalidade do Instituto e garantir os valores e assegurar a legalidade dos atos administrativos inerentes aos processos de trabalho da gestão e governança interna e externa;
- X- Planejar, dirigir, controlar e supervisionar as atividades do Instituto, através de contatos assíduos com os auxiliares diretos;
- XI- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, bem como, convocar as Assembleias Gerais dos associados;
- XII- Assinar contratos, convênios ou quaisquer outros atos e recebimentos de domínio, posse, direitos, prestações e ações de natureza legal;

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065
12 – 3524-6401 12 – 99733-8104
www.institutophoenix.org
E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATE-SP
Protocolo Nº 00063912
RCPJ-RF nº 1310672/2024-62
EERE30906WVNZ

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PMS-41 - D.O.U. de 05.11.2002

Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.059 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Unidade Pública Municipal Lei Nº 9.635 de 09 de setembro de 2003

Unidade Pública Municipal Consolidada Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 19/01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.570 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Resolução Nº 25/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 054/2005

CCEAS Nº 0044/2006

XIII- Apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual, balanço, bem como os planos de trabalho formulados pela Diretoria de Projetos;

XIV- Gerir o patrimônio do Instituto, assinar os cheques bancários, bem como toda a movimentação financeira;

XV- Contratar, designar gerentes, coordenadores, chefias e demais recursos humanos, administrar e demitir funcionários;

XVI- Formar vínculos com o Poder Público e com a iniciativa privada mediante Contrato de Gestão, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas na legislação em vigor;

XVII- Mandar publicar, anualmente ou quadrimestral no órgão oficial do ente federado e na rede mundial de computadores em arquivos eletrônicos, em formato de texto ou formato separado por vírgulas, dos relatórios quadrimestrais e do relatório de execução do contrato de gestão os demonstrativos financeiros e os relativos à execução de eventuais contratos de gestão com o poder público;

XVIII- Constituir procuradores, mandatários ou prepostos com fins específicos, em nome do Instituto;

XIX- Propor ao Conselho de Administração a oneração ou a alienação de bens do Ativo Permanente do Instituto;

XX- Contratar auditoria externa para acompanhar e avaliar as contas e procedimentos gerenciais e contábeis do Instituto;

XXI- Autorizar despesas, promover o pagamento de obrigações, assinar acordos, convênios, contratos e demais instrumentos de ajustes;

XXII- Comunicar ao Conselho de Administração, para as providências cabíveis, o afastamento irregular, a vacância do cargo, o pedido de licença ou afastamento, a infringência de normas legais e regulamentares ou a ocorrência de ato que possa causar prejuízo à imagem do Instituto, relativamente aos Diretores;

Art.51º - O Diretor Executivo Presidente será eleito e aprovado pela Assembleia Ordinária ou Extraordinária.

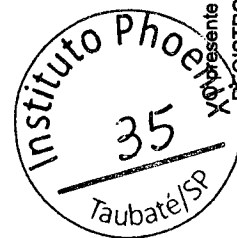
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



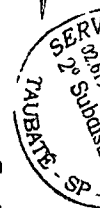
Este presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 2006

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAS 41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de junho de 2011 - D.O.R.J. 19.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.555 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 25, 2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2005

RCPJ TAUBATÉ-SP
RCPJ-RJ Nº 00003812
EERE38908WNZ



Parágrafo primeiro: A nomeação do cargo de Diretor Executivo Presidente deverá recair em profissional de reconhecida capacidade técnica e administrativa sobre as atividades do Instituto.

Parágrafo segundo: O Diretor Executivo Presidente, em seus impedimentos legais será substituído provisoriamente pelo Diretor Executivo Jurídico ou pelo Diretor Executivo Administrativo.

SUBSEÇÃO III - DO DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO

Art. 52º - É de competência do Diretor Executivo Financeiro:

- I- Autorizar despesas, dentro dos limites impostos pelas dotações; II - Administrar, gerenciar e coordenar o orçamento e as finanças;
- II- Abrir e movimentar contas bancárias, em conjunto com o Diretor Executivo Presidente;
- III- Assinar em conjunto com o Diretor Executivo Presidente títulos de crédito, cheques e demais responsabilidades financeiras;
- IV- Efetuar pagamento com autorização do Diretor Executivo Presidente;
- V- Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração do Instituto
- VI- Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados.
- VII- Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração do Instituto, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.
- VIII- Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria.
- IX- Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito e organizar a proposta orçamentária anual.
- X- Analisar as prestações de contas relativas às atividades do Instituto;
- XI- Elaborar os balanços, balancetes e relatórios financeiros dentro do exercício fiscal respectivamente;

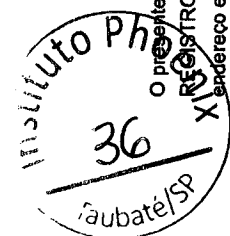
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00083912
RCPJ-EM: 13/09/2024-32
EERE38908WNZ

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Unidade Política Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PMS-41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Política Estadual Lei Nº 4.069 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.4.2003
Unidade Política Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Política Municipal Cons. Idar, Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Resolução Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 054/2005
CCEAS Nº 0244/2006

- XII- Coordenar e supervisionar as atividades de contabilidade;
- XIII- Prestar, de modo geral, sua colaboração à Diretoria Executiva e aos Conselhos de Administração e Fiscal;
- XIV- Elaborar também a contabilidade, relatórios de receitas e despesas; balanços, balancetes e demais procedimentos do fundo patrimonial dentro do exercício fiscal e encaminhá-los a instância superior;
- XV- Assinar os Balanços Contábeis, Balancetes e Relatórios Financeiros.

SUBSEÇÃO IV – DO DIRETOR EXECUTIVO ADMINISTRATIVO

Art. 53º - Compete ao Diretor Executivo Administrativo:

- I- Substituir o Diretor Executivo Presidente em suas faltas, impedimentos e licenças, e ainda auxiliá-lo no desempenho de suas funções e encargo;
- II- Organizar, dirigir, coordenar e gerenciar toda administração e operacionalização;
- III- Efetuar pagamento com autorização do Diretor Executivo Presidente e do Diretor Executivo Financeiro;
- IV- Elaborar e submeter o relatório anual de atividades e providenciar sua publicação após aprovação da Assembleia;
- V- Analisar os projetos de pesquisa e desenvolvimento, de aquisições e prestação de serviços entre outros, requerendo a necessária assessoria técnica especializada;
- VI- Acompanhar, monitorar e avaliar a execução de projetos, planos de ações e de trabalhos desenvolvidos pelo Instituto;
- VII- Verificar junto aos responsáveis técnicos de cada projeto a observância dos cronogramas de execução, responsabilizando-os pela eventual falta de cumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas;
- VIII- Analisar em conjunto com o Diretor Executivo Financeiro a proposta orçamentária anual, submetendo-a a instância superior.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-055

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



P H O 2.1 X

RCPJ TAUSATE-SP
Prot. N° 00063912
RCPJ-RJ em. 13/08/2024
EERE3008WNZ

SERVIÇO RE
C.M.
02.519.469
2º Subdi
TAUBATÉ -

- ## SUBSEÇÃO V – DO DIRETOR EXECUTIVO JURÍDICO

Art. 55º - Compete ao Diretor Executivo Jurídico:

- I-** Realizar advocacia preventiva, antecipando e propondo soluções jurídicas para as finalidades do Instituto;
- II-** Assessorar os órgãos de administração do Instituto;
- III-** Avaliar a legalidade e regularidade de atos, trabalhos e procedimentos;
- IV-** Exercer a consultoria jurídica;
- V-** Formular e supervisionar as teses jurídicas;
- VI-** Representar dentro e nos limites da atividade de advocacia, extrajudicialmente e administrativamente;
- VII-** Instaurar inquéritos administrativos e Sindicância Interna; - Analisar o cabimento das hipóteses de alterações quantitativas e qualitativas da execução de atividades do Instituto em consonância com o ordenamento jurídico e resultados esperados junto a Diretoria Executiva;
- VIII-** Fiscalizar e supervisionar empregados e prestadores de serviços em consonância com o ordenamento jurídico;
- IX-** Aplicar sanções trabalhistas aos empregados;
- X-** Contratar e demitir empregados com a delegação do Diretor Executivo Presidente;
- XI-** Instaurar, aplicar e coordenar uma Política de Compliance e Integridade.

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063812
RCPJ RJ 13/08/2024/22
EERE38006WNZ

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 P/G.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.000 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 19.01.2011
Conselho Estadual Antídoto - CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2003
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 26/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

SUBSEÇÃO VI - DO DIRETOR EXECUTIVO DE PROJETOS

Art. 56º - São atribuições do Diretor Executivo de Projetos:

- I- Laborar em equipe, o planejamento das atividades do Instituto e os projetos a serem executados por ele;
- II- Organizar e divulgar projetos, programas e planos de ações;
- III- Acompanhar a execução dos projetos e programas;
- IV- Estabelecer critérios para monitoramento e avaliação dos resultados dos projetos em execução;
- V- Estabelecer critérios para formação e treinamento do pessoal;
- VI- Elaborar relatórios gerenciais sobre o andamento dos projetos;
- VII- Elaborar planejamento anual dos projetos a serem executados;
- VIII- Supervisionar as atividades em andamento para execução dos projetos;
- IX- Elaborar relatório anual dos projetos desenvolvidos.
- X- Delegar quais ações serão de responsabilidade do Diretor Executivo Administrativo.

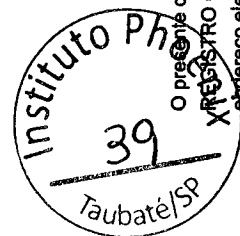
H. CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO FISCAL

Art. 57º - O conselho fiscal será constituído por 3 (três) membros efetivos eleitos pela Assembleia Geral, dentre associados eleitos na forma estabelecida pelo estatuto, para mandato de 1 (um) a 3 (três) anos, permitida a reeleição, por uma única vez, sempre que necessária sua utilização.

Parágrafo primeiro: Em caso de vacância, a Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente e elegerá o substituto, que cumprirá o restante do mandato em vigor;

Parágrafo segundo: O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

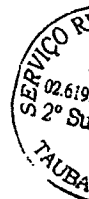
SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP 12.041-065
12 - 3624-6401 12 - 99733-8104
www.institutophoenix.org
E-mail: contato@institutophoenix.org Institutophoenixsaude@gmail.com



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 PPG-41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.059 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.4.1.2003
Unidade de Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.500 de 10 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Reg. 1.º Nº 25/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 054/2005
CCEAS Nº 2244/2005

RCPJ TAUBATÉ-SP
RCPJ-RJ Nº 20093812
EERE38988W12/2024



Art. 58º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Examinar os livros e a escrituração da entidade;
- II- Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres à diretoria e à Assembleia Geral;
- III- Requisitar ao tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela entidade;
- IV- Contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes.

I. CAPÍTULO IX - DA RECEITA E PATRIMÔNIO

Art. 59º - As receitas e o patrimônio do Instituto serão assim constituídos:

- I- Das rendas advindas dos bens e valores adquiridos;
- II- Dos direitos patrimoniais decorrentes da celebração de contratos;
- III- Das doações e dos legados;
- IV- Da contribuição dos associados;
- V- Dos Contratos de Gestão, Convênios, Termo de Fomento, Termo de Parcerias ou qualquer outra modalidade de contrato administrativo com o poder público;
- VI- Quaisquer bens e valores resultantes de recursos captados dos setores públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- VII- Da prestação de serviços, comercialização de produtos e serviços e outras rendas eventuais.

Art. 60º - Os bens do ativo permanente, que constituem o patrimônio do Instituto deverão ser identificados para possibilitar o controle de uso e conservação dos mesmos e registrados em documento próprio;

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-055
12 - 3624-6401 12 - 99733-8104
www.institutophoenix.org
E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063912
RCPJ RJ 19/0000004-62
EERE38908WAZ

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 PMS-41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2004
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Resolução Nº 01, 2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 001/2005
CCEAS Nº 0214/2006

Art. 61º - Para alienação ou aquisição ou venda de bens imóveis a Diretoria Executiva do Instituto realizará avaliação prévia, sendo imprescindível o parecer e aprovação do Conselho de Administração.

Art. 62º - O Instituto poderá filiar-se a Centrais Sindicais e Confederações ou associar-se a outra entidade congênere, visando sempre à defesa econômica, social e o desenvolvimento harmônico e a consecução plena dos seus objetivos sociais.

Art. 63º - No caso de extinção ou desqualificação do Instituto Phoenix Saúde e Assistência, ocorrerá a incorporação integral do seu patrimônio, dos legados ou das doações que lhe tiverem sido destinados, bem como os excedentes financeiros, decorrente de suas atividades, ao patrimônio do Município, Estado e União, ao qual está qualificado, na proporção dos recursos e bens alocados no mesmo contrato de gestão, podendo ainda ser destinados a outra organização social qualificada, junto ao ente, na mesma área de atuação.

Art. 64º - A transformação do Instituto em outra entidade ou sua transformação, incorporação ou fusão será decidida por Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

J. CAPÍTULO X – DOS REGISTROS

Art. 65º - O Instituto deverá possuir os seguintes registros:

- I- De Associados e de Voluntários;
- II- De Atas das Assembleias Gerais, Diretoria Administrativa, Conselho de Administração e de Conselho Fiscal;
- III- De presença dos associados nas Assembleias Gerais e nas reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- IV- Registro de patrimônio.

Parágrafo único: É facultada a adoção de livros, folhas soltas ou fichas, inclusive as emitidas por processamento eletrônico de dados.

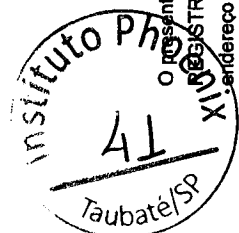
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com

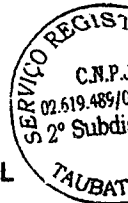


O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.537 de 15 de maio de 2000
Unidade Pública Federal Portaria Nº 14.533 de 31 de outubro de 2002 PMS 41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.000 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.503 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 25/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 054/2.05
CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063912
RCPJ-RJ Nº 13.000.000/2024
EERE38908WNZ



K. CAPÍTULO XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E BALANÇO GERAL

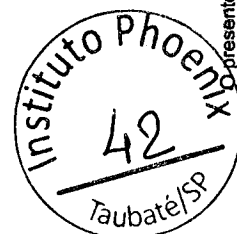
Art. 66º - Nas normas de prestação de contas a serem observadas pelo Instituto serão considerados:

- I- Os princípios fundamentais da contabilidade e das Normas Brasileiras da Contabilidade;
- II- A publicação, em Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, dos balanços e demonstrativos, no encerramento do exercício fiscal, referentes ao relatório financeiro do exercício pertinente, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- III- A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, para verificação da aplicação dos recursos, e de todas as atividades previstas no presente estatuto, inclusive da aplicação de eventuais recursos financeiros objeto de termo de parceria, contrato de gestão ou convênio celebrado com a iniciativa privada ou com o poder público;
- IV- A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita de acordo com o que determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Art. 67º - O Balanço Geral, incluindo o confronto de receitas e despesas, será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único: Os resultados serão apurados separadamente segundo a natureza das operações, serviços e programas, dando-se publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e às demonstrações financeiras do Instituto, mediante publicação em qualquer meio eficaz, colocando-os à disposição de qualquer cidadão, incluindo-se certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS.

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065
12 - 3624-6401 12 - 59733-8104
www.institutophoenix.org
E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063812
RCPJ-RJ-13/09/2024-32
EERES8908WNZ

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 P.G.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.059 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Constituição Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD PCPJ Nº 153.503 de 18 de dezembro de 2003
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 23/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 061/2005
CCEAS RJ 0244/2006

CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 68º - A Assembleia Geral de Constituição que aprovar o presente Estatuto Social fará a eleição e dará posse a Diretoria Executiva que serão responsáveis pela gestão do Instituto e promoverão a eleição do Conselho de Administração que referendará a Diretoria Executiva eleita nos atos pertinentes.

Parágrafo primeiro: Após registro do Estatuto a Diretoria Executiva tomará as providências necessárias para a instalação do Conselho de Administração;

Parágrafo segundo: Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos ou ratificados as nomeações pelo Conselho de Administração nas demais eleições em que houver vacância de apenas um dos cargos.

Art. 69º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva *ad referendum* do Conselho de Administração.

Art. 70º - O Instituto poderá requerer a qualificação de Organização Social aos poderes executivos municipais, estaduais ou federal.

Art. 71º - Fica exigida a obrigatoriedade de publicação anual de síntese dos relatórios de gestão, financeiros, execução do contrato de gestão e do balanço geral no Diário Oficial da União, do Estado, Município e, de forma completa, no sítio eletrônico da Entidade, e da publicação quadrimestral no órgão oficial do município e na rede mundial de computadores em arquivos eletrônicos, em formato de texto ou formato separado por vírgulas, dos relatórios quadrimestrais e do relatório de execução do contrato de gestão;

Art. 72º - No órgão colegiado de deliberação superior, que é o Conselho de Administração, haverá a obrigatoriedade de participação de representantes do poder

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065
12 – 3624-6401 12 – 99733-8104
www.institutophoenix.org
E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



Este presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
RCPJ RJ 100003432
EERE RJ 100002224

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1993

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 PMS 41 - D.O.U. de 05.11.2002

Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.053 de 22 de abril de 2003 - D.O. RJ. de 22.11.2003

Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.RJ. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.505 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDOCA RJ - Registro Nº 26/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 054/2005

CCEAS Nº 0244/2005

público e de membros da sociedade civil, de notória capacidade profissional e idoneidade moral.

Art. 73º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva não poderão ser parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau do Governador, Vice-Governador, Secretários de Estado, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e das Agências Reguladoras.

Parágrafo único: Fica determinada a proibição no Instituto de que seus Conselheiros, Administradores e dirigentes ficam vedados de exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 74º - Todos os membros diretores integrantes da Diretoria Executiva do Instituto, caso participem de outras Entidades regidas pela Lei Estadual do Estado do Rio de Janeiro nº 6.043 de 19 de setembro de 2011, somente poderão receber remuneração por uma delas.

Art. 75º - Terá preferência todas as normas aqui estabelecidas nesta Assembleia sobre qualquer outra que porventura venha a colidir ou conflitar no Estatuto do Instituto.

A presente consolidação da 16ª - Décima quinta atualização do Estatuto Social foi objeto de apresentação, de aprovação em votação unânime, pela Assembleia Geral Extraordinária do Instituto.

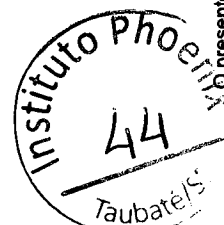
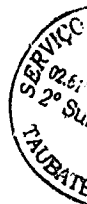
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063912
RCPJ-RJ, 13/01/2024, 02
EERE26908WNZ

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1958

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.505 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 051/2005
CCEAS Nº 0244/2006

Taubaté, 15 de janeiro de 2024.

Benedito Batista da Silva
BENEDITO BATISTA DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

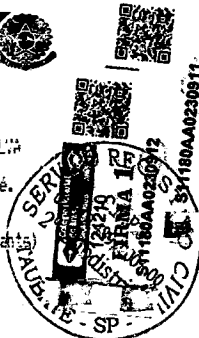
Fabício Grasnle Galvão Velasco
FABRÍCIO GRASNELE GALVÃO VELASCO
Diretor Executivo Presidente

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE TAUBATÉ - SP

Prédio Dr. Martins Filho, nº 35, Centro, Taubaté - SP

Recebi por este meio do seu valor autêntico as firmas
de
FABRÍCIO GRASNELE GALVÃO VELASCO, BENEDITO BATISTA DA SILVA
que comparecem com o endereço registrado neste serventia, a saber:
Taubaté, 15/01/2024 Em testemunha da verdade.

Total R\$ 16,74 (Maria Victória da Silva Pinheiro) (Escriturante)
Foi assinado em nome do Oficial de Registro Civil - 15/01/2024



Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica

Protocolado sob nº 00063912 em 10/02/2024

Averbado e Microfilmado sob nº 00063912 em 08/03/2024

/ AVERBADO À MARGEM DA INSCRIÇÃO Nº 63788

Cartório R\$ 419,07 T.J. R\$ 22,08 Data Original: 1202784PJA0000639120240

Estado R\$ 118,84 M.P. R\$ 20,18

Ipsesp R\$ 81,50 ISSQN R\$ 22,05

Ipsesp 2 R\$ 0,00 Correo R\$ 0,00

Sinoreg R\$ 28,78 Total R\$ 712,69

David Israel Pereira Filho
Escritor

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401, 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 88863912
Em: 18/02/2024
RCPJ RJ 13/05/2024-32
EERE38908WNZ

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública União de Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.505 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 25/2003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

**QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
CONSELHO FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA**

ENTIDADE

Nome: I.P.S.A - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

Endereço: Rua Jurandir Martins Filho (Bosque Flamboyant), nº 35, sala 302,
Edifício Global Office, Lavadouro de Areia, Taubaté-SP, CEP 12041-065

Telefone: (12) 3624-6401, (12) 99733-8104

E-mail: contato@institutophoenix.org, institutophoneixsaude@gmail.com

CNPJ: 04.845.163/0001-26

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composição conforme art. 36 e incisos do Estatuto Social

Representantes do Poder Público - Art. 36, letra A:

Presidente do Conselho de Administração e Representando o Poder Público:

1 - Benedito Batista da Silva

Endereço: Rua. Caxambu, nº 129 – Parque das Fontes - Tremembé/SP – CEP:
12120-156

Telefone: (12) 99178-7081

e-mail: beneditobatista2009@hotmail.com

Profissão: Militar Reformado do Exército Brasileiro

Estado Civil: Divorciado

CPF: 025.393.146-00

2 - Denise Cristina de Oliveira

Endereço: Rua dos Passos, nº 240, apto 1505, BL Dona Tello, Taubaté/SP – CEP:
12050-030

Telefone: (12) 981313-3565 **e-mail:** contato@institutophoenix.org

Profissão: Servidora Pública Prefeitura Municipal de Taubaté/SP - Médica

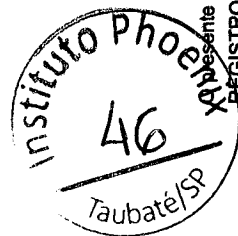
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 Bosque Flamboyant Sala 302 – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

e-mail: contato@institutophoenix.org, institutophoneixsaude@gmail.com



Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063912
RCPJ-RJ: 13/08/2024-32
EERE38908WVZ

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1950
Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PMS 41 - D.O.U. de 05/11/2002
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.059 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 - D.O.R.J. 19.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMADCA RJ - Registro Nº 25/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 004/2005
CCEAS Nº 0044/2006

Estado Civil: Casada

CPF: 281.711.938/03

Representantes da Entidade Civil Organizada - Art. 36:

1 - Cynira Datrino Andrade Bonito

Endereço: Alto R do Ouro, nº 55, Residencial El Dourado, Tremembé/SP - CEP:
12120-000

Telefone: 12 99242-1075 **e-mail:** cynirabonito@hotmail.com

Profissão: Advogada

Estado Civil: Casada

CPF: 043.457.608/52

2 - Andreia Fabiana Miranda Lemes Marcondes

Endereço: Avenida Sete de Janeiro, nº 66, Jardim Santana - Tremembé/SP - CEP:
12122-018

Telefone: (12) 99115 0644 **e-mail:** mirandafabiana40@gmail.com

Profissão: Pedagoga

Estado Civil: Casada

CPF: 249.363.428/40

Representante dos membros eleitos dentre os membros ou associados - Art. 36:

1 - Jose Otavio Lobato

Endereço: Rua Caminho das Laranjeiras, nº 690, Bairro Sitio Tangara, Taubaté/SP -
12100-000

Telefone: (12) 99161-8899 **e-mail:** otaviolobato67@gmail.com

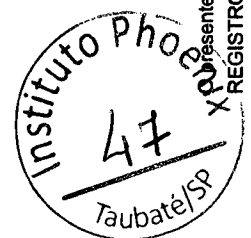
Profissão: Empresário

Estado Civil: Divorciado

CPF/MF: 000.054.028-59

Representantes membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral - Art. 36:

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 Bosque Flamboyant Sala 302 - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065
12 - 3624-6401 12 - 99733-8104
www.institutophoenix.org
e-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



Este documento foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
RCPJ Nº 1.046/2003-13
EERE38018/13-00083972
Em: 18/02/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 2000

Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 05 de setembro de 2003

Unidade Pública Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.003 de 22 de maio de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.501 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 23/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2005

1 - Karen Roberta dos Santos

Endereço: Avenida Gabriel Ortiz Monteiro, 149, BLOCO B Apart. 144, Bairro Monção - Taubaté/SP CEP.: 12.060-300

Telefone: (12) 99764-0817 **e-mail:** karen-r-santos@hotmail.com

Profissão: Pedagoga

Estado Civil: Casada

CPF: 349.557.318-64

2 - Gisele Souza do Carmo.

Endereço: Av. Marcilio Siqueira, nº 324, Jardim Sandra Maria, Taubaté/SP - CEP: 12081-120

Telefone: (12) 99108-0064 **e-mail:** gi.gscarmo@gmail.com

Profissão: Enfermeira

Estado Civil: Solteira

CPF: 274.624.968-52

Representante dos membros indicados ou eleitos - Art. 36:

1 - Thomas Jose Severino da Costa

Endereço: Rua Jose Benedito da Silva, nº 238, Jardim Sandra Maria, Taubaté/SP - CEP: 12081-230

Telefone: (12) 98101-9884 **e-mail:** thomas21costa@gmail.com

Profissão: Estudante

Estado Civil: Divorciado

CPF: 314.697.998-55

CONSELHO FISCAL

Composição conforme art. 57 do Estatuto Social

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 Bosque Flamboyant Sala 302 - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

e-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ/SP
RCPJ Nº 11.420-7-012
EERE38/2023-10/2/2023

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Unidade de Política Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAS 41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade de Política Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade de Política Estadual Lei Nº 4.059 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R. 1 de 22.41.2003
Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 - D.O.R. 1 de 19.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - RCPJ Nº 207.2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 054/2005
CCEAS Nº 0244/2005

1 - Francis Bandeira da Silva Salgado

Endereço: Rua Caraguatatuba, nº 601, apto. 046, Parque das Nações,
Pindamonhangaba/SP - CEP: 12420-331

Telefone: (12) 98135-7552 **e-mail:** francis.theo81@gmail.com

Profissão: Estudante

Estado Civil: Divorciado

CPF: 330.159.168/07

2 - Paulo Roberto Cabral

Endereço: Rua dos Passos, nº 240, apto 1504, Bloco Dona Tello, Taubaté/SP -
CEP: 12050-030

Telefone: (12) 98177-2222 **e-mail:** contato@institutophoenix.org

Profissão: Médico

Estado Civil: Solteiro

CPF: 019.224.038-22

3 - Yradier José Rudner Schmidt

Endereço: Rua Jose Benedito da Silva, nº 238, Jardim Sandra Maria, Taubaté/SP -
CEP: 12081-230

Telefone: (12) 98101-9884 **e-mail:** contato@institutophoenix.org

Profissão: Aposentado

Estado Civil: Casado

CPF: 169.085.628-91

DIRETORIA EXECUTIVA:

1 - DIRETOR EXECUTIVO INSTITUCIONAL ELEITO - MANDATO DE 4 ANOS

- 14/03/2023 a 13/03/2027

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 Bosque Flamboyant Sala 302 - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

e-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provedor nº 100/2020 CNU - artigo 22.

INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063912
RCPJ RJ 14/03/2024-32
EERE38906WVZ

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Unidade Pública Federal Portaria Nº 1.453 de 31 de Outubro de 2002 FAG 41 - D.O.U. de 05.11.2002
Unidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Unidade Pública Unidade Pública Estadual Lei Nº 4.069 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.500 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - R. nº 23/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R. 054/2005
OCEAS Nº 0244/2005

FABRICIO GRASNELE GALVÃOVELASCO

Endereço: Rua Santa Luzia de Marillac, nº 122, BL B, apto. 21B, Vila São José - Taubaté/SP - CEP: 12070-350

Telefone: (12) 99166-8104

E-mail: galvaovelasco@gmail.com

Profissão: Enfermeiro

Estado Civil: Solteiro

RG: 32.629.949-X SSP/SP

CPF: 260.100.908/06

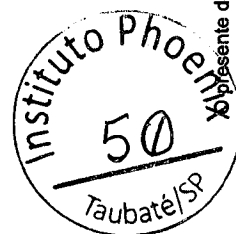
2 - DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO - NOMEADO E EMPOSSDO EM 14/03/2023 - TEMPO INDETERMINADO

JAILSON TEODORO, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 33.996.188-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 302.842.168/28, residente e domiciliado à Rua Santo Amaro, nº 295, Bairro Bonfim, Município de Taubaté, estado de São Paulo, CEP: 12040-540, e-mail: jteodoro1981@gmail.com

3 - DIRETOR EXECUTIVO ADMINISTRATIVO - NOMEADO E EMPOSSADO EM 14/03/2023 - TEMPO INDETERMINADO

NILZA APARECIDA DIAS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, bióloga, portadora da cédula de identidade nº 17.856.163-0 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 098.621.588/08, residente e domiciliado à Rua Clara Nunes, 85 - Bairro Do Caminho Novo, Campos do Conde, Município de Tremembé, estado de São Paulo, CEP: 12125-376, e-mail: nilza_remi@yahoo.com.br

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 Bosque Flamboyant Sala 302 - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065
12 - 3624-6401 12 - 99733-8104
www.institutophoenix.org
e-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



o presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

RCPJ-RJ 13/06/2024
EERE38908WNZ



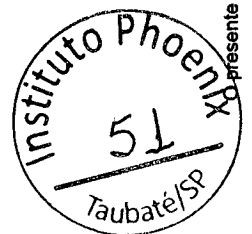
Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO QUE O PRESENTE DOCUMENTO É UMA VIA ADICIONAL DO
REGISTRO FEITO SOB N.º, NOME, PROTOCOLO E DATA DA FILIAL ABAIXO
CNS-Matr 093245-291815 - I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E
ASSISTÊNCIA - RUA MEXICO - N.º 31 - SALA 703 - 7º ANDAR - CENTRO - RJ - 1º
adicional
1202403121052476 13/06/2024
Emol. 55,44 Tributo 22,90 Reemb. 1,10
Selo: EERE38908 WNZ
Consulte em www4.tjrj.jus.br/Portal-ExtraJudicial/consultaselo
Verifique autenticidade em rcpj.rj.com.br ou pelo QRCode ao lado




Roberto P. da Moura
09/06/2024

AAA 026963494



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 17 de junho de 2024 10:12:42 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no
endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provisamento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.